

particular dos democráticos, o que conduziu à suspensão do acordo estabelecido, permitindo a apresentação autónoma de candidaturas por parte dos partidos subscritores. Após terem reunido em Lisboa, no Centro do Calhariz do Partido Republicano Liberal, em 7 de dezembro de 1921, os três diretórios, através de uma nota à imprensa, publicada no dia seguinte, comunicaram duas resoluções essenciais: nomear uma comissão conjunta para elaborar projetos de lei referentes às matérias do programa de realizações imediatas; dar por «insubsistente» o acordo eleitoral, sugerindo aos candidatos que apresentassem como base da sua propaganda os temas do referido programa comum. O Partido Republicano Português ganharia as eleições legislativas de 29 de janeiro de 1922 – deputados: PRP-71, PRL-33, PRRN-17; senadores: PRP-37, PRL-11, PRRN-10 (MARQUES, 1980, 128), repondo e consolidando a sua hegemonia no sistema político e no sistema administrativo, através dos três consecutivos ministérios de António Maria da Silva (6 de fevereiro de 1922 a 15 de novembro de 1923), onde só o ministro das Colónias, Alfredo Rodrigues Gaspar, se manteria todo o tempo no seu ministério, seguido do ministro da Marinha, Vítor Hugo de Azevedo Coutinho, que saiu nos inícios de julho de 1923. José Jacinto Nunes, republicano histórico descentralista e uma das grandes referências morais e políticas dos antigos unionistas e dos liberais, em 14 de janeiro de 1922, voltou a defender a necessidade de consagrar o sufrágio feminino, num artigo publicado no diário *A Luta*, para concretizar o ideal republicano do sufrágio universal, recordando que, aquando da discussão do artigo 1.º do projeto de lei eleitoral de 3 de julho de 1913, tinha enviado à mesa da Câmara dos Deputados uma moção onde se reconhecia o direito ao «sufrágio de todos os cidadãos portugueses, maiores de vinte e um anos, que não estivessem judicialmente interditos, nem tivessem sofrido penas difamantes». Sabe-se que essa reivindicação democrática não teria consagração jurídica nas leis eleitorais republicanas, nem mesmo no decreto n.º 3997, de 30 de março de 1918, durante a República Nova, que apenas reconheceu, com algumas restrições, o sufrágio universal masculino de maiores de vinte e um anos.

**Bibliografia:** LEAL, Ernesto Castro, *Partidos e programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *História da 1.ª República Portuguesa. As estruturas de base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, s.d.; MARQUES, A. H. de Oliveira, *A 1.ª República Portuguesa. (Alguns aspetos estruturais)*, 3.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1980.

[Ernesto Castro Leal]

## PARTIDO REPUBLICANO NACIONALISTA

Após o fracasso nas eleições legislativas de 29 de janeiro de 1922, o Partido Republicano Liberal e o Partido Republicano de Reconstituição Nacional aperceberam-se que só reunindo as suas duas forças políticas teriam oportunidade de se opor eficazmente ao PRP, que continuava a dominar o sistema multipartidário, a administração e a rede clientelar. No entanto, esta iniciativa teve inúmeras barreiras e dificuldades,

Custódio Maldonado de Freitas, Jaime Palma Mira, José de Nápoles e Filomeno da Câmara. Na primeira fase da Ditadura Militar o PRN teve uma posição ambivalente. A elite do PRN procurou preferencialmente um entendimento com os militares ordeiros, com o objetivo de tornar-se no partido conservador de suporte do novo regime. No entanto, nunca esqueceram os seus antigos companheiros revolucionários, pois sabiam que a qualquer momento podia haver uma revolução que instaurasse uma II República. Por isso, ao mesmo tempo que havia negociações com o ministro da Guerra, Passos e Sousa e com os presidentes do Conselho de Ministros José Vicente de Freitas e Artur Ivens Ferraz, elementos do PRN participavam nas conspirações e nas revoltas promovidas pelo «revirvalho» e pela Liga de Paris. Por exemplo, na revolta de fevereiro de 1927, participaram e foram deportados João Tamagnini de Sousa Barbosa e Eugénio Rodrigues Aresta; nos preparativos da revolta de 20 de julho de 1928, foi preso José Feliciano da Costa Júnior; em abril de 1931, na revolta da ilha da Madeira, participou o líder regional do PRN, António Félix Pita. Quando a União Nacional surgiu no início dos anos 30 com um projeto estruturado, o PRN já estava profundamente desgastado por alguns anos de ditadura, tendo canalizado as suas débeis energias para o frustrado projeto da Aliança Republicano-Socialista. As estruturas nacionais do PRN deixaram de reunir a partir de 1931, acabando por dissolver-se a 7 de fevereiro de 1935, após alguns dos seus mais importantes dirigentes terem aderido ao Estado Novo, como o presidente do diretório, Júlio Dantas. No entanto, outros membros da elite do PRN, como Custódio Maldonado de Freitas, continuaram a militar na oposição durante longas décadas.

**Bibliografia:** BAIÓIA, Manuel, «Decadencia y disolución del Partido Republicano Nacionalista (1926-1935)», in Mercedes Gutiérrez Sánchez; Diego Palacios Cerezales (Eds.), *Conflicto Político, Democracia y Dictadura. Portugal y España en la Década de 1930*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2007, p. 99-153; BAIÓIA, Manuel, «O Partido Republicano Nacionalista em Évora (1923-1935) – ideologia, política regional, organização interna e elites», *Análise Social*, Vol. XVI, n.º 178, 2006, p. 99-123; DUVERGER, Maurice, *Os partidos políticos*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970; LEAL, Ernesto Castro, *Partidos e programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008; SILVA, João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado policopiada, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996.

[Manuel Baióia]

## PARTIDO REPUBLICANO POPULAR

Chefiado pelo médico Júlio Martins, constituiu-se em outubro de 1919 o Grupo Parlamentar Popular (GPP), erigido com um grupo de deputados dissidentes do «velho e saudoso» Partido Republicano Evolucionista, que refutaram a combinação que deu origem ao Partido Republicano Liberal, considerado por estes um partido conservador,